

ENSINO RELIGIOSO: SINGULARIDADES DAS RELIGIÕES BRASILEIRAS NO PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO.

DJALMA SARTORIO MARINATO JUNIOR¹

RESUMO:

Esse breve artigo busca refletir sobre a abordagem da diversidade do campo religioso brasileiro na escolarização e como ela se apresenta nos processos de ensino-aprendizagem da educação básica. A singularidade das religiões, diante do sistema educacional republicano laico, necessita de atenção para que não se confunda o singular com o desigual. Ao buscar valorizar a singularidade de pensamento religioso, a escola poderá utilizar a diversidade dos sentidos simbólicos da religião como um elemento de compreensão da pluralidade da nossa sociedade.

Palavras-chave: Ensino Religioso. Ciências das Religiões. Campo religioso.

ABSTRACT:

This brief article seeks to reflect on the approach to the diversity of the Brazilian religious field in schooling and how it presents itself in the teaching-learning processes of basic education. The singularity of religions, in the face of the secular republican educational system, needs attention so that the singular is not confused with the unequal. By seeking to value the singularity of religious thought, the school will be able to use the diversity of the symbolic meanings of religion as an element of understanding the plurality of our society.

Keywords: Religious education. Sciences of Religions. Religious field.

1. O campo religioso na abordagem da diversidade brasileira.

O senso comum pode levar muitos a confundir o Ensino Religioso (ER) como uma educação religiosa na escola. Isso provoca uma série de questionamentos por parte das famílias que, por vezes, podem questionar se a escola está buscando a catequização ao invés da educação. O ER deve ser observado como uma disciplina primordial no desenvolvimento de uma educação que busca o conhecimento em todos os seus significados. Conforme observado por Passos (2007):

1- Mestrando em Ciências pela Faculdade Unida de Vitória. Graduado em Licenciatura em História e Sociologia. Professor efetivo da Secretaria de Educação do Estado do Espírito Santo. dmarinato@outlook.com

O sentido que adotamos para ER rompe, portanto, com um senso estabelecido historicamente, basicamente no que diz respeito à educação da religiosidade, uma vez que o significado catequético parece estar superado, ao menos no âmbito da legislação e da própria Igreja Católica. A educação do cidadão é um processo complexo que inclui múltiplos aspectos, inclusive o religioso, sendo este último um dado antropológico e sociocultural presente na história da humanidade. (PASSOS, 2007, p. 33)

Essa superação da visão catequética do ER pode ser observada na ampla produção de pesquisas acadêmicas e mesmo na formação de professores com a recente difusão de cursos de graduação e pós-graduação em Ciências das Religiões. Porém, a influência da Igreja Católica, assim como o fenômeno da politização das igrejas, ainda molda o cotidiano escolar como um campo de disputa que, para alguns, colocam a religião e a ciência como antagônicas.

O ensino formal no Brasil, dessa forma, é cada vez mais voltado para uma metodologia pedagógica que busca o estudo da religião de maneira não confessional. Como observado por Passos (2007, p.33), é importante desenvolver a disciplina de ER, ou sua interdisciplinaridade, “sem o pressuposto da fé (que resulta na catequese) e da religiosidade (que resulta da educação religiosa), mas com o pressuposto pedagógico (que resulta no estudo da religião)”.

A República brasileira, com sua origem forjada nos ideais do Positivismo e das revoluções burguesas do século XVIII e XIX, estabeleceu a separação entre o Estado e a Igreja, mesmo mantendo a proximidade e influência da Igreja Católica em suas estruturas internas. De acordo com Passos (2007):

A separação dos poderes civil e religioso foi a culminância política de uma cultura que se foi fortalecendo sempre mais sobre bases da autonomia de significados e valores de um projeto que se universaliza pelos caminhos econômicos e científicos, ou seja, como domínio técnico e exploração da natureza. A religião, de modo particular o cristianismo no caso do Ocidente, ficou de fora do código moderno de interpretação da natureza e da história e também de suas regras de organização social e política. (PASSOS, 2007, p. 89)

Para as instituições estatais, a religião deixou de ter um papel relevante na interpretação de mundo, mesmo no seu caráter de organização “social e política”. Assim, podemos considerar que, ao ser preterida nesse contexto, surge uma forma de preconceito contra a religião, onde a sua importância como formadora central da sociedade ocidental, pelo menos no âmbito das instituições governamentais republicanas, é colocada em segundo plano ou ignorada.

O ER, ausente na primeira constituição republicana, passou a ter sua oferta como disciplina escolar a partir da Constituição Brasileira de 1934, em seu artigo 153, que
Cadernos da Fucamp, v.21, n.50, p.89-97/2022

determinava que “o ensino religioso será de frequência facultativa e ministrado de acordo com os princípios da confissão religiosa do aluno manifestada pelos pais ou responsáveis e constituirá matéria dos horários nas escolas públicas primárias, secundárias, profissionais e normais” (BRASIL, 1934, Art. 153.). Se, como vimos, os ideais republicanos afastaram a religião do “pensar” da formação social e política, a religião passou a ser vista como um elemento que deveria ser restrito apenas ao seu aspecto familiar e ao seu simbolismo moral diante para a manutenção da ordem social.

Essa forma de pensar a formação social, onde **o individual** e **o simbólico** são preteridos para **o coletivo** e **o prático**, é predominante e pode desvirtuar a compreensão de outros elementos de estabelecimento das relações de poder. O simbólico é fundamental em todas as sociedades. Para Bourdieu (1989, p.7.), “o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem”. Dessa forma, ao preterir os elementos simbólicos em suas instituições, como o escolar, pode ser construída uma sociedade em que seus membros são facilmente alienados. Ainda, para Bourdieu, a família e a escola são importantes instituições socializadoras. (CARVALHO, 2000, p. 14)

As produções dos sistemas simbólicos estabelecem a sua função social e simbólica, cujo processo escolar e familiar tem grande importância. Essas definições de forma de conduta e interpretação de mundo a partir de conceitos simbólicos são elementos fundamentais para a criação de estruturas de poder.

É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os “sistemas simbólicos” cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre a outra (violência simbólica) dado o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a “domesticação dos dominados”. (BOURDIEU, 1989, p.11)

O elemento simbólico cria, portanto, forças políticas e econômicas que transcendem o âmbito pessoal e familiar e se torna um importante elemento de acúmulo de capital material e social. O simbolismo, por vezes, pode ser considerado como um elemento menos importante no sistema educacional, influenciado por uma visão tecnicista e voltado para a formação profissional. Porém, ao menosprezar a sua importância, em detrimento ao tecnicismo, a ausência de um aprofundamento da compreensão do valor simbólico da sociedade pelos estudantes se torna um elemento de alienação social.

Os campos se estruturam numa espécie de hierarquia através desse poder simbólico, assim, aqueles que conhecem os “gerenciam” os símbolos possuem um privilégio no acúmulo de capital, seja social ou material.

A cultura dominante contribui para a integração real da classe dominante (assegurando uma comunicação imediata entre todos os seus membros e distinguindo-os das outras classes); para integração fictícia da sociedade no seu conjunto, portanto, à desmobilização (falsa consciência) das classes dominadas; para a legitimação da ordem estabelecida por meio do estabelecimento das distinções (hierarquias) e para a legitimação dessas distinções. (BOURDIEU, 1989, p.10.)

O domínio de classes, portanto, não se dá apenas por elementos materiais, mas se inicia pelo controle dos conceitos simbólicos que formam a sociedade. Se esse modelo era claro no Antigo Regime, as revoluções burguesas mantiveram o controle dos símbolos como forma importante para o controle social, agora com o estabelecimento de classes sociais no lugar de uma sociedade estamental. Segundo Berger e Luckmann (2014, p. 167), “o indivíduo não nasce membro da sociedade. Nasce com a predisposição para a sociabilidade e torna-se membro da sociedade”. Portanto, a posição em que cada indivíduo deve exercer na sociedade será determinada por uma série de situações que irá “moldá-lo” ao seu devido posto. A influência do simbólico religioso tem um papel muito importante nessa formação, mesmo partindo de um princípio de oposição à religião.

A visão do materialismo histórico dialético, tão presente nos estudos acadêmicos para a compreensão da sociedade, nos alerta sobre a necessidade de uma interpretação social através da posição do indivíduo ante ao modo de produção e distribuição das riquezas no Ocidente. Porém, as questões ligadas aos valores e ao pensamento do indivíduo também devem ser consideradas. Como destaca Castro (2015), a análise de Bourdieu sobre os campos e espaços sociais busca “superar” o marxismo e weberianismo.

Torna-se interessante reconhecer que Bourdieu, diante de duas posições teóricas da tradição sociológica francesa – uma de inspiração marxista, que considerava a sociedade dividida em classes sociais antagônicas a partir da apropriação ou não dos meios de produção e, outra, de inspiração weberiana, que conferia primazia aos estratos sociais tipificados pelo poder, prestígio e riqueza – ousa propor superá-las com uma nova abordagem com centralidade ao que vem a conceituar como sendo espaços sociais e de campos sociais. (CASTRO, 2015, p. 72)

O sistema simbólico, dessa forma, cumpre importante função social e política, pois produz poder e capital material das classes que o controlam (e manipulam) a esfera alegórica. Portanto, é necessário compreender o simbólico como elemento fundamental para a estratificação social e o estabelecimento de relações sociais.

2. Os campos das singularidades da religião brasileira.

A ideia de igualdade como um elemento fundamental da formação da sociedade está ligada aos ideais promovidos pela Revolução Francesa, e incorporados ao Positivismo, através do seu lema de “*Liberdade, Igualdade, Fraternidade*”. A igualdade é, sem dúvida, um ideal que deve ser buscado e desenvolvido diante dos enormes desafios que residem na realidade brasileira, onde, por diversos motivos, criou-se uma estrutura baseada na desigualdade econômica e social. Como alguns desses motivos podemos considerar o modelo de produção colonial que, em certa escala, reproduziu o já moribundo sistema feudal europeu, a escravidão prolongada frente às outras nações ocidentais e a industrialização tardia. Temos assim, a tentativa republicana de estabelecer o lema revolucionário em uma sociedade extremamente desigual em suas estruturas econômicas e sociais.

Lancemo-nos, pois, a analisar como a promoção desses ideais de igualdade poderiam ser debatidos a partir da separação entre a religião e o Estado, com o surgimento de um pluralismo religioso, em que as singularidades religiosas podem criar um falso entendimento de distanciamento.

No período republicano, o ER foi instituído, como já visto, na Constituição de 1934, que também versa, em seu artigo 113, sobre os direitos fundamentais dos cidadãos e residentes à livre manifestação religiosa.

A Constituição assegura a brasileiros e a estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos concernentes à liberdade, à subsistência, à segurança individual e à propriedade, nos termos seguintes: 1) Todos são iguais perante a lei. Não haverá privilégios, nem distinções, por motivo de nascimento, sexo, raça, profissões próprias ou dos pais, classe social, riqueza, crenças religiosas ou ideias políticas. (BRASIL, 1934, Art. 113)

Em 1948, a Declaração Universal dos Direitos do Homem estabeleceu no seu primeiro artigo que “todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade” (ONU, 1948, Art. 1º). Dessa forma, o ser humano deve ser primordialmente entendido como um ser que é livre e “fraterno”.

Ao observar esses documentos, percebemos a importância do caráter de busca da igualdade como um princípio norteador do Ocidente. Essa igualdade se daria sobretudo por

ENSINO RELIGIOSO

meio da fraternidade. Obviamente essa forma de pensar foi reproduzida no sistema educacional, onde o princípio da igualdade tem um papel central no estabelecimento de padrão social.

Assim, pode existir no processo de escolarização um afastamento da singularidade religiosa no afã da busca de uma igualdade como princípio. Dessa forma, a escola necessita estabelecer, em suas atividades que abordam a religião, mecanismos que permitam que o estudante entenda que a igualdade pode ocorrer entre os diferentes e que compreender as singularidades culturais/religiosas são elementos de aproximação em uma sociedade que busca a diversidade como sua base.

Determinadas religiões (ou mesmo a “*não religião*”) não podem ser encaradas como elementos de dissociação do indivíduo ao coletivo, especificamente, ao ambiente escolar ao estabelecer ao aluno o pertencimento a um grupo específico, que pode ser considerado distante dos demais. O aluno passa a ser “*o crente*”, “*o ateu*”, “*o macumbeiro*”, isto é, um elemento que se afasta do “padrão” da turma. Assim, o trabalho do educador, como um condutor do processo de descoberta do conhecimento, deve desenvolver o senso crítico de compreensão da singularidade como elemento formador da nossa identidade e dos valores desejáveis para a harmonia social, estabelecendo o ambiente escolar como um espaço de estímulos ao conhecimento e aos sentidos elementares. Esse ambiente deve ser estruturado para que os valores individuais sejam compreendidos para o crescimento de todos. Como observado por Junqueira (2002):

Pois a escola é o lugar da grande aventura que é o crescimento humano e cultural da pessoa e, portanto, da comunidade inteira. Como deveria ser, ainda, o espaço para formulação de questões que provassem a inteligência e a razão, a curiosidade científica e a sensibilidade artística. É uma instância fundamental do espírito, que questiona o senso da vida e sobre os valores das coisas. (JUNQUEIRA, 2002, p. 94)

Todas as religiões possuem características que devem ser entendidas em si mesmas, em seu microcosmos. É muito importante o desenvolvimento de um conhecimento onde o **singular** não seja confundido com o **desigual**. Mesmo inseridos na sociedade, cada indivíduo mantém em si a sua singularidade na manifestação religiosa. Segundo Ries (2008, p.18), “os fatos religiosos revelam comportamentos que vão além do nível estritamente histórico-cultural de seu desenvolvimento. Todo fato religioso é uma experiência *sui generis*, irreduzível a fatos não religiosos”. Assim, cada manifestação do sagrado possui características próprias, mas que não se afastam, de certo modo, do discurso e do campo do entendimento simbólico-religioso do mundo.

Fazer parte do grupo é um importante capital social para o indivíduo e que se torna mais vantajoso de acordo com a extensão dessa *rede*. Essa importância de pertencer a um grupo maior e com maior alcance é um incentivo para que o pensamento individual, muitas vezes as crenças religiosas, sejam suplantadas diante dos “ganhos” apurados no fato de fazer parte do grupo. Na visão de Bourdieu, para o indivíduo, o ganho de capital social diante de um grupo “depende tanto da extensão da rede de relações que ele pode efetivamente mobilizar como do volume das diferentes formas de capital (econômico, cultural ou simbólico) que é propriedade exclusiva de cada um dos agentes a quem o indivíduo está ligado” (BONAMINO; CAZELLI; ALVES; FRANCO, 2010, p. 489). A igualdade, nesse sentido, pode até fornecer ao indivíduo um ganho para si, mas, podemos considerar que, de certa forma, a coletividade escolar se empobrece com a perda de visões de mundo que podem ser importantes para uma educação plural e que considere as singularidades culturais/religiosas do indivíduo. Um ER e uma abordagem da religião que considerem os fenômenos religiosos como algo universal em suas singularidades, podem ser ferramentas primordiais para estabelecer um espaço escolar de crescimento coletivo e não apenas individual.

Se o capital social pode proporcionar ao indivíduo alguma forma de benefícios, ocultar ou mascarar algumas características ou condições pode fazer com que esse não seja preterido diante às convenções sociais. Assim, tanto no ambiente escolar como nas demais esferas sociais, pertencer a uma determinada religião pode ser visto como um elemento depreciador e que deva ser ocultado.

O Brasil possui uma característica peculiar frente a outras nações: a sua multiplicidade cultural. A sua formação é diversa, não apenas na sua composição étnica, mas também em um sentido entre as suas inter-relações. O sincretismo religioso e a dupla pertença (ou mesmo a múltipla pertença) são cada vez mais comuns e presentes na sociedade brasileira. Porém, no *mainstream* social, o pluralismo religioso ainda é visto como algo não desejável, dando maior valor ao “capital social” daqueles que seguem a religião “*standard*”, o cristianismo católico ou o protestantismo histórico. Dessa forma, a sociedade pode suprimir a plena liberdade de expressão religiosa e a riqueza cultural proporcionada pelas singularidades do sagrado nas visões de mundo dos brasileiros.

3. Considerações finais.

A fraternidade, lema da Revolução Francesa, é um elemento central no pensamento republicano e, lógico, no seu sistema educacional. Porém, as instituições republicanas do Brasil permaneceram sob a influência das elites que perpetuaram o *status quo*, reproduzindo as enormes desigualdades estabelecidas pelo sistema escravocrata e pelo poder da Igreja Católica. Assim, a “fraternidade”, que levaria a uma “igualdade” social, ficou restrita aos círculos privilegiados da sociedade, onde, utilizando a famosa frase de George Orwell em sua obra *A Revolução dos Bichos*, “uns são mais iguais que os outros”.

É necessário desenvolver, na escola, a noção de trabalhar a singularidade das religiões e não a diferença, isto é, não estabelecer uma comparação entre as religiões, mas as suas implicações no entendimento sobre o sagrado.

O pensamento formador da República é, sem dúvida, ainda muito relevante na pedagogia atual. A separação entre religião e o Estado é um tema que ainda gera acalorados debates na mídia e na academia. Não é muito diferente do dia a dia da escola, quando discutimos as formas de aplicação do Ensino Religioso nas diversas etapas de ensino.

É importante pensar o entendimento da religião como um elemento central na construção social e não como um elemento apenas alienante, relegado ao foro íntimo e as manifestações religiosas como festejos e datas comemorativas. Portanto, é necessário desenvolver a consciência da importância do poder do simbolismo no desenvolvimento pessoal e coletivo dentro dos diversos contextos aos quais todo indivíduo está inserido. Dominar o simbólico sempre foi uma maneira de controlar o *status* social e obter ganhos materiais.

As características das religiosidades brasileiras devem ser compreendidas em ensinada a partir das suas particularidades, permitindo que se compreenda a pluralidade da sociedade brasileira é sua característica fundamental. Portanto é indefectível que haja na escola um ambiente que proporcione o autoconhecimento do indivíduo quanto ao seu espaço cultural familiar e ao todo da sociedade, onde a religião seja analisada a partir das suas contribuições para a formação social. A religião e a religiosidade fazem parte de cada indivíduo e suas singularidades devem ser compreendidas como elementos que contribuem para a formação do que entendemos como a identidade brasileira.

Referências

BONAMINO, Alicia; CAZELLI, Sibeles; ALVES, Fátima; FRANCO, Creso. Os efeitos das diferentes formas de capital no desempenho escolar: um estudo à luz de Bourdieu e de Coleman. *Revista Brasileira de Educação (Impresso)*, v. 15, p. 487-499, 2010. Acesso em <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/GbzRVcsL7L6PVNx3mxtFdFkQ/?lang=pt&format=pdf>

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Petrópolis: Vozes, 2014.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRASIL. Constituição (1934) Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, 1934. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em 18/07/2021.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. Relações entre família e escola e suas implicações de gênero. *Cadernos de Pesquisa (Fundação Carlos Chagas. Impresso)*, São Paulo, v. 110, no. 110, p. 143-155, 2000,

CASTRO, Raimundo Márcio Mota de. BALDINO, José Maria; REVER. *Ano 15, Nº 02, Jul/Dez 2015*, p. 67-79

JUNQUEIRA, Sérgio Rogério de Azevedo. *O processo de escolarização do ensino religioso no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 17/08/2021.

PASSOS, João Décio. *Ensino Religioso: construção de uma proposta*. São Paulo: Paulinas, 2007.

RIES, Julien. *O sentido do sagrado: nas culturas e nas religiões*. São Paulo: Ideias e Letras, 2008.

WACQUANT, Loïc J. D. O legado sociológico de Pierre Bourdieu: duas dimensões e uma nota pessoal. *Revista de Sociologia Política, Curitiba*, 19, p. 95-110, nov. 2002.